



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO

(Do Sr. Nilson Leitão)

Requer o envio de Requerimento de Informação ao Ministério da Educação, e a Secretaria Nacional Antidrogas sobre os convênios firmados entre estabelecimentos de ensino público e fundações e ONG's.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, e no art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado por esta Comissão ao Ministério da Educação, Sr. Ministro Fernando Haddad e a Secretaria Nacional Antidrogas, Sra. Secretária Paulina Duarte o Requerimento de Informação relativo aos convênios firmados entre os estabelecimentos educacionais públicos, fundações e ONG's.

- (a) contendo valor e finalidade do convênio;
- (b) situação do Convênio, se em execução ou finalizado;
- (c) situação da prestação de contas, se aprovada, rejeitada ou em análise;
- (d) informar se existe parecer do Ministério da Educação sobre o cumprimento dos objetivos dos Convênios;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

2

- (e) informar, em caso de parecer desfavorável ao convênio, o prazo oferecido para a defesa do desfavorecido, e se houve, as alegações oferecidas esclarecimento;
- (f) informar o Parecer final do Ministério da Educação.

JUSTIFICATIVA

Chegaram ao nosso conhecimento informações sobre possíveis irregularidades no cumprimento do objetivo dos Convênios firmados entre fundações e ONG's com instituições federais de ensino.

Tal denúncia tem por base o reportagem do programa de tv fantástico da rede globo de televisão que foi ao ar no ultimo domingo dia 19 de novembro de 2011, replico abaixo os principais trechos da reportagem,

A Engenharia Elétrica não tem eletricidade. O professor Petrus de Luna reclama: "Exaustor não funciona, nada funciona. Por quê? A energia não funciona." Aluno sem ânimo para continuar. "Minha sala começou com 45 alunos e um ano depois tinha 15", conta a estudante Laysa Belice.

A pesquisa, sem um centavo para prosseguir. "O dinheiro sumiu da conta", diz a professora Mariângela de Azevedo. O misterioso sumiço das verbas de dezenas de projetos da Universidade Federal de Rondônia provocou uma greve de professores que já dura dois meses, a ocupação da reitoria pelos estudantes e 14 ações civis e penais na Justiça estadual.

Para o ministério público de Rondônia, a Fundação Rio Madeira, a Riomar, criada para apoiar os projetos da universidade, virou uma organização criminosa que saqueou o dinheiro da instituição.

O promotor Pedro Abi-Eçab avisa: "A Universidade Federal de Rondônia é um ótimo exemplo de que as fundações só servem para desviar dinheiro, porque a universidade está caindo aos pedaços, está ao abandono".

Ao todo, 46 obras intermediadas pela Fundação Riomar estão paradas ou atrasadas. "Essa obra paralisada dessa forma como está faz com que

2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

todos os projetos acadêmicos da universidade, aprovados em Brasília com dificuldade e que nos tornaram a melhor universidade do Norte, sejam paralisados”, lamenta o diretor do núcleo de Ciências Humanas, Júlio César Barreto Rocha.

Um laudo do Corpo de Bombeiros considera crítica a situação do prédio de madeira onde funciona um dos maiores acervos de peixes amazônicos do mundo. Um incêndio no local botaria a perder 15 anos de pesquisa.

“Nós temos cerca de 200 mil exemplares depositados em cerca de quatro mil litros de álcool. É uma situação de risco iminente”, alerta a curadora da coleção, Carolina Dória.

Nada disso aconteceria se o dinheiro do projeto não tivesse sido desviado. Carolina conta: “Foram desviados em torno de R\$ 800 a R\$ 1 milhão. Nós não sabemos como isso foi possível. Gostaríamos de saber para onde foi destinado esse recurso, mas o recurso já estava na conta da Fundação Riomar quando foi desviado”.

O mesmo aconteceu com o convênio assinado entre a reitoria, a Fundação Riomar e a Secretaria Nacional Antidrogas para um curso de formação. Foram mais R\$ 300 mil que desapareceram. “E a reitoria fica num jogo de empurra: fala com um pró-reitor, fala com outro pró-reitor e a gente acabou desistindo, até chegar ao ponto de levar a situação para o Ministério Público Federal”, explica o professor Paulo Rogério Moraes.

O Ministério Público Federal abriu outras 16 investigações, inclusive a que acompanha a implantação do hospital universitário, pronto desde 2008, mas fechado até hoje. Além do prédio, a universidade recebeu dinheiro para fazê-lo funcionar. “Chegou o recurso em 2010 e ele está parado na conta da universidade. São R\$ 4,2 milhões e ela não consegue executar por uma questão de ingerência, por uma questão de gestão. Porque está vinculado à Riomar, uma ordem de serviço da universidade para a fundação, e ela está interdita judicialmente”, conta o professor Raitany Almeida.

Dinheiro que falta também para o laboratório de anatomia, que não renova os tanques de formol porque todos os frascos estão com a validade vencida. “Os tanques não estão tendo uma manutenção adequada. Então está tendo um vazamento de formol. As borrachas de vedação estão totalmente deterioradas há 10 anos. Vem o recurso e não se faz a manutenção”, continua Raitany.

Manutenção é algo que não existe nos depósitos de produtos químicos. Petrus aponta: “As goteiras existem há quase dois anos. O equipamento está todo danificado. Era uma estufa de circulação de ar forçado. Tem corrosão. Quando chove, toda a água vem para cima do ácido sulfúrico. Quer dizer, se pega um vidro aberto, uma gotinha de água pode explodir todo o sistema. Pega a sala, as laterais e o traseiro. Quer dizer, nós temos uma bomba, na realidade, dentro do laboratório”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Em Guajará Mirim, a 300 quilômetros de Porto Velho, um hotel-escola construído há quase dez anos jamais funcionou. O curso de gestão em ecoturismo foi fechado por falta de alunos e o hotel-escola construído por causa de um curso que nem existe mais nunca foi entregue à universidade, embora a obra tenha custado mais de R\$ 1 milhão em mais um convênio cuja execução financeira coube à Fundação Riomar.

O companheiro do reitor, professor Daniel Delani, chegou a ter 80% da Tecsol. Mas em seu depoimento, disse que não botou um centavo na empresa. O reitor afirma que nenhum contrato foi fechado com a universidade enquanto Delani esteve na Tecsol.

Considerando tratar-se de assunto de extrema importância a educação brasileira julgo oportuno esclarecer as dúvidas suscitadas. Para tanto, preliminarmente, entendo oportuno que esta Comissão solicite as informações especificadas neste Requerimento ao Ministério da Educação e a Secretaria Nacional Antidrogas.

Tais informações fornecerão os subsídios necessários à nossa ação parlamentar, inclusive, se for o caso, para apresentar proposta de fiscalização e controle para apreciação desta Comissão.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 2011.

NILSON LEITÃO
Deputado Federal
PSDB/MT